

ENTRELAÇANDO RAÍZES E AFETOS: O MANGUEZAL COMO ECOSISTEMA COMPANHEIRO

INTERTWITCHING ROOTS AND AFFECTIONS: THE MANGROVE AS A COMPANION

Naiane Jesus Pinto¹

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado² na UFRB, que refletiu sobre o bem-viver de quilombolas das comunidades Dom João e Monte Recôncavo em São Francisco do Conde na Bahia, situadas na maior reentrância da costa litorânea brasileira, que vivem prioritariamente da pesca artesanal e da mariscagem, abordando suas experiências e estratégias de luta para garantir a permanência em seus territórios e defender seus modos de vida tradicionais e ancestrais. Foi com base nessa investigação de cunho qualitativo e autoetnográfico, que procuramos compreender, levando em consideração uma abordagem contrária à visão individualista-capitalista, os conflitos vivenciados pelos integrantes destes grupos, como a criminalização de práticas de subsistência, a interdição do acesso a espaços vitais para sua sobrevivência, as tensões e disputas com o Estado, em diferentes níveis, instituições, pessoas civis - fazendeiros e empresários, que resultam em díspares modalidades de violação de direitos e de não reconhecimento da identidade étnica destas coletividades. Assim, propomos um diálogo teórico com base no senso de bem-estar, em princípios coletivos, solidários e de integração entre ser humano e natureza, de BemViver, princípios estes encontrados em outros saberes que podemos aprender com os coletivos e grupos sociais como os quilombolas, que historicamente, trazem em seus princípios categorias, marcos normativos e valores.

PALAVRAS-CHAVE: bem viver; quilombolas; territorialidades; racismo ambiental; grupos sociais - quilombo; processos culturais.

ABSTRACT

This article is the result of a master's degree Research at UFRB, This article is the result of a master's degree Research at UFRB, which reflected on the well-being of quilombolas from the Dom João and Monte Recôncavo communities in São Francisco do Conde in Bahia, located in the largest recess on the Brazilian coast, who live primarily from fishing

¹ Mestra em Ciências Sociais (UFRB), Especialização em Estados e Direitos dos Povos e Comunidade Tradicionais(UFBA), Licenciada em Ciências Sociais (UNILAB). E-mail: naianepinto24@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9935-1350>.

² PINTO, Naiane de Jesus. Na Encruzilhada Do Território Pesqueiro: uma etnografia dos conflitos territoriais, racismo ambiental e re-existência nas comunidades quilombolas de Dom João e Monte Recôncavo em São Francisco do Conde – BA. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Cachoeira, 2023.

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

artesanal and shell fish farming, addressing their experiences and Fighting strategies to guarantee their permanence in their territories and defend their traditional and ancestral ways of life. It was based on this qualitative and autoethnographic investigation that we sought to understand, taking into account an approach contrary to the individualist capitalist vision, the conflicts experienced by the members of these groups, such as the criminalization of subsistence practices, the prohibition of access to Vital to their survival, tensions and disputes with the State, at different levels, institutions, civilians – farmers and business people, which result in different types of violation of rights and non-recognition of the ethnic identity of these communities. Thus, we propose a theoretical dialogue based on the sense of well being, on collective, solidary and integration principles between human beings and nature, of Good Living, principles found in Other knowledge that we can learn from collective and social groups such as quilombolas, which historically, bring in their principles categories, normative frameworks and values.

KEYWORDS: good living;quilombolas; territorialities; environmental racism;social group - quilombo; cultural processes.

INTRODUÇÃO

QUILOMBO DOM JOÃO

A comunidade quilombola Dom João situa-se ao sul do Monte Recôncavo, entre os rios Dom João, Ilhota, Duas Bocas, Engenho D'água e Paizinho, todos desaguando no mar da Baía de Todos os Santos, área interna do Recôncavo Baiano. Possui, desta forma, um grande potencial pesqueiro. Os rios e riachos, ou seja, os encontros da água doce com a água salgada, propiciam a formação das áreas de manguezal, dando margem para a prática da pesca artesanal e da mariscagem, quer como renda principal, quer como renda complementar dos moradores locais e do seu entorno.

A comunidade foi sendo constituída por antigos trabalhadores do engenho e, posteriormente, da Usina Dom João. A concentração se deu no Porto do quilombo. Por conta de um primeiro processo de expropriação, as famílias foram impedidas de viver nos fundos da fazenda onde trabalhavam e habitavam.

Sendo assim, foram se adaptando e se constituindo como um grupo que prioritariamente se utiliza da pesca e da mariscagem e do plantio de roças para viver, visto as características ambientais propícias do local, que dispõe de recursos que viabilizam a concentração dos quilombolas pela proximidade de manguezal e do mar. Quando ocorreu

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

o incêndio na Caeira da comunidade Quilombola de Monte Recôncavo foram construídas casas de pescas para os pescadores da referida comunidade, no quilombo Dom João. Por isso, o Porto Dom João tornou-se um ponto de apoio e referência para a atividade pesqueira do entorno.

A prática do cultivo das roças era bem forte na comunidade. Entretanto, à medida que foram acontecendo os processos de expropriações, os quilombolas foram impedidos de plantar, mas ainda assim observa-se nos manquintais o cultivo de pequenas roças. Os quilombolas que tiveram que sair do local e foram para o quilombo Cascavel continuam também na tentativa de manter essa prática ancestral de plantar a liberdade.

Dom João é um caso típico de um lugar atravessado pela territorialização de diferentes projetos de mundo (ESCOBAR, 2015). O lugar já serviu de fazenda de engenho no contexto escravagista, transformada em usina no ano de 1909 (AMORIM, 2008). Foi também uma dentre as primeiras bases de exploração de petróleo para fins comerciais no Brasil, a partir dos anos 1950, lugar de moradia de trabalhadores do canavial, além de uso e modo de vida tradicional dos pescadores e pescadoras que fizeram e fazem de suas áreas de rio e mangue lugar para se viver e habitar.

A comunidade possui aproximadamente 60 famílias. Esta concentração se deu no Porto Dom João³. Por conta de um primeiro processo de expropriação de trabalho e de terra em 1982, as famílias foram impedidas de viver nos fundos da fazenda onde trabalhavam e habitavam. Sendo assim, foram se adaptando e se constituindo como um grupo que, prioritariamente, se utilizava da pesca e da mariscagem para fazer valer as características ambientais do local, abundante em recursos hídricos, constituído de manguezal e próximo ao mar e foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2013.

Cabe destacar a organização coletiva da Comunidade de Dom João e suas organizações de apoio ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil

³A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), para que fosse dado início ao processo administrativo de demarcação e titulação das terras secularmente ocupadas pelos seus moradores. Este ato foi instituído pela Portaria n.º 48, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 16 de abril de 2013, que certificou 37 comunidades, dentre elas, Porto Dom João. As Comunidades Negras Rurais Quilombola- CNRQ, assim como Dom João, encontram-se inseridas em um contexto regional que possibilitou a sua formação e resistência (DINIZ *et al.*, 2016).

(MPP), Conselho Pastoral de Pecadores (CPP) e Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) na luta pelo território e o bem viver de sua população, a partir do mangue.

O MANGUE – REDES DE CUIDADO E AFETO

O mangue é um tipo de vegetação que compõe o ecossistema manguezal, que por sua vez possui basicamente três espécies popularmente conhecidas como mangue vermelho, mangue branco e mangue siriúba. Cientificamente são chamados de *rhizophora* mangue, *avicena schoueriana* e *languncularia racemosa*. O mangue dá manutenção ao manguezal, uma vez que este necessita das suas folhas para abrigarem e protegerem as multiespécies que habitam ali. Os(as) pescadores(as), por sua vez, fazem uso do ecossistema manguezal para extraírem pescados e mariscos que utilizam na alimentação, bem como para comercialização.

Assim, o manguezal é considerado um ecossistema companheiro, no qual há reciprocidade entre estes, pois é responsável pela manutenção da vida, através da decomposição das folhas que alimentam os animais que habitam aquele espaço e formam o lodo responsável pela formação do solo, pela estabilidade dos crustáceos, pescados e mariscos. Esta simbiose – homem e natureza – se dá a partir do momento em que as marisqueiras/pescadores(as) utilizam algum território de pesca e mantêm uma relação de reciprocidade com o meio ambiente.

Nesse contexto de relações entre animais, humanos e não humanos, Tim Ingold (2007) apresenta o seguinte questionamento: “o que é um animal?” e afirma que ao longo da história, as sociedades humanas se relacionam com os outros animais de diferentes formas, seja para sua própria subsistência como animais domésticos ou “utilizaram suas observações da morfologia e do comportamento animal na construção de seus próprios projetos para viver” (INGOLD, 2007, p.7).

O autor chama atenção para as relações existentes entre humanos e animais, sobretudo destes primeiros com o ambiente em que estão inseridos, como na relação dos quilombolas-pescadores com o manguezal enquanto espécie aliada. Nesse sentido, na tese de Cardoso (2018), sobre “Paisagem em transe no caso dos Pataxós de Barra Velha”, o

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

autor nos apresenta a paisagem entrelaçada a outros objetos, ou seja, uma nova forma de “paisagear”. Um sentido diferente do proposto pelos agentes da agência indigenista daquele lugar, quanto à relação de pertencimento com a terra, suas roças, os quintais como ligação do cultivar e habitar e a roça enquanto espaço de sociabilidade. Para os Tupinambás é sagrado os sentidos de viver e habitar em um lugar que seja favorável para o cultivo de plantas frutíferas. Cardoso vai apresentar o Coqueiro enquanto “espécie companheira” dos Pataxós de Barra Velha.

Trago aqui a proposta do manguezal enquanto ecossistema companheiro e espaço de sociabilidade, uma vez que vidas humanas e não humanas se socializam e interagem. Tendo em vista que os humanos dão manutenção ao utilizar o manguezal, esta é uma forma de habitar. O cuidado se configura como pertencimento dos espaços. Na maioria das famílias, esse cuidado passa de geração em geração. Durante minhas idas ao quilombo Dom João e Monte Recôncavo, observo como se dá a relação de cuidado com o manguezal. Ele afeta a vida das pessoas que dele sobrevivem pois consegue fazer uma rede e entrelaçar lugares, pessoas e, sobretudo, territórios. A rede é entrelaçada e produzida por aqueles(as) que habitam e fazem dela uma espécie aliada, fonte de vida e bem-estar coletivo.

Este manguezal que se reproduz no território pesqueiro das comunidades forma uma esfera de vida e nesta, para além de cruzarem-se lugares, se acessam afetos, histórias e memórias sociais, cuidados para enfrentar agressões e conflitos territoriais. O ecossistema manguezal é uma espécie de território sagrado de trocas, uma rede familiar.

Infelizmente também há um atravessamento de interesses por partes hegemônicas de poder, que acabam interferindo na vida das pessoas que sobrevivem de lá, provocando conflitos e o racismo ambiental.

Cauê Machado (2018), em sua tese “Ecos de um quilombo: estética da (re)existência na Serra do Evaristo”, aproxima-se da noção de (re)existência que Stengers chamou de “reclaim”, e que nas falas nativas aparece como “resistência” e reacender de uma resistência ancestral, mas não exatamente do ponto de vista das sucessões geracionais. O autor também traz a noção do (re)existir, que se aproximado que Guattari (1990) vê como a possibilidade de reafirmação da vida e a própria vida em si, sempre num ato de (re)existir. Para o autor:

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

O quilombo não é resistência a algo, não é só reatividade, é uma produção ativa de um conceito existencial que contra efetua a categoria político-jurídica em sua forma atual, somando e subtraindo experiências atuais-virtuais e virtuais que se atualizam, mas que, como a palavra movimento em movimento político deve indicar, logo se movimentam excluindo e adicionando novas questões, categorias, conceitos, vidas (MACHADO, 2018, p. 141).

Re(existências) no sentido de manter os modos de habitar a terra, o território, reexistir para continuar existindo e aquilombando, uma re(existência) pelo direito de continuar cultuando a ancestralidade reafirmando as vidas, não é um enfrentamento da terra pela terra, mas por territorialidades, viver e habitar e dá manutenção aos modos de vidas ancestrais.

Nesses caminhos encruzilhados, redes de cuidados e confluências, encontramos mestras, mestres de saberes, pesquisadoras(es), sacerdotisas e sacerdotes que se empenham na manutenção das lutas e re(existências) das comunidades, como as que citaremos a seguir.

LIDERANÇAS – MESTRES E MESTRAS DE SABERES TRADICIONAIS

DONA JOCA – SABERES E FORÇAS ANCESTRAIS

Para a senhora Joselita Gonçalves – Dona Joca⁴, liderança do Quilombo Dom João, o grupo se organiza e firma territorialidades em função da vida e do bem viver coletivo. Foi ela quem protagonizou a luta pelo território e a certificação, junto com outros moradores, e conseguiu articular/organizar uma associação que tem contato com instituições e movimentos sociais Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) ligados à pesca e por direitos que são diariamente violados e negados pelo Estado.

Para a comunidade, o território não é apenas terra, ou um meio de produção, ela envolve afeto, relação de pertencimento ancestral e cultural e caracteriza-nos como

⁴É uma mestra de saberes e conselheira, não apenas no quilombo Dom João, mas também na Unilab, tornou-se bacharel em Humanidades e está cursando licenciatura em Ciências Sociais.

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

patrimônio imaterial. Isto se justifica porque para nós, povos e comunidades “tradicionais”⁵ – quilombolas e indígenas, comunidades pesqueiras, ribeirinhas dentre outras –, a relação com a terra é marcada pelo uso tradicional dos recursos naturais, bem como pelos processos de re-territorialização. É o lugar onde enterramos nossos umbigos, ancestrais e também um local onde produzem e se reproduzem nossos modos de vida, exaltando nossas culturas, saberes e fazeres, configurando o território como um local sagrado. Deste modo,

O mangue faz parte da vida do quilombo Dom João. É através do mangue que tiramos parte do nosso sustento, durante a pandemia ficamos sem poder pescar em alto-mar, pois não temos embarcações adequadas, temos que ir pescando em locais que vão se recuperando da contaminação que ocorreu lá em 2018. A pandemia é um momento de luta e resistência do nosso povo e através da luta mantemos a comunidade viva, a nossa luta é pelos direitos negados, a luta pela terra, pelos nossos ancestrais (ENTREVISTA DONA JOCA, 2022).

Segundo Dona Joca, o derramamento de petróleo e a pandemia impactaram profundamente a relação da comunidade com o meio ambiente – manguezal, relação que se mantém firme pelos direitos dos nossos ancestrais. Sua sabedoria é vasta e cheia de memórias, sentidos e significados (tradição e respeito ao sagrado e à ancestralidade), os quais ela aprendeu com seu pai, o Sr. Ezequiel, com quem ela aprendeu a lidar com as plantas, ervas para chás e banhos, e esta é constituída em simbiose com a natureza.

Minha relação com a ancestralidade é muito forte, a relação com o mar, manguezal e a mata. É importante pedir licença ao mar, manguezal, à mata, antes de entrar para fazer qualquer atividade. Antigamente, a gente não usava remédios de farmácia, quando sentia qualquer dor, pegava folhas e fazia chás, banhos, rezava e as crianças ficavam boas (ENTREVISTA DONA JOCA, 2022).

⁵Conforme Almeida (2006, p. 22-23), a categoria “tradicional” [...] expressa uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos naturais. [...] O “tradicional” como operativo foi aparentemente deslocamento no discurso oficial, afastando-se do passado e tornando-se cada vez mais próximo de demandas do presente.

Vejam os que o poder da cura sempre foi muito comum entre os nossos mais velhos do quilombo e através dos seus ensinamentos aprendemos a retomar práticas e cuidados, a curar-nos de forma individual e coletiva.

MESTRE ZÉ DO GUAIAMUM -FORMAS DE HABITAR O MANQUINTAL

José Américo, mais conhecido como Mestre Zé do Guaiamum⁶, é um expert de saberes e doutor no cuidado com o manguezal, desde a captura, o manejo e o beneficiamento dos guaiamuns para o consumo das pessoas. No seu “manquintal”, ele trabalha há mais de 40 anos coletando guaiamuns. Segundo ele, “para pisar no manguezal tem que respeitar o ambiente, o conhecimento ancestral, pisar rápido e leve para não afundar e destruir”. Seus conhecimentos expressam não apenas seu saber sobre o ambiente, mas uma postura diante da vida. E sua ação vai além, Mestre Zé desenvolveu na comunidade, em 2015, um habitat com as mesmas especificidades que o guaiamum necessita, um berçário para eles, em virtude da diminuição dos crustáceos na zona costeira, justamente pela degradação e pelo desmatamento, tanto da mata, quanto dos mangues. Sua prática é ancestral; foram seus avós que o ensinaram a viver em simbiose com a natureza, constituindo territorialidades, trocando afetos com o manguezal enquanto ecossistema companheiro. Percebe-se, assim, a relação de cuidado e parceria com o meio ambiente, para a realização do extrativismo, da mariscagem e da pesca para a sua sobrevivência; e também de luta – “petróleo pode, mas preto não”, conforme ele denuncia o descaso intencional com a comunidade de Dom João, da qual faz parte.

MESTRE SABINO -SABEDORIA PESQUEIRA E SOBRE O TERRITÓRIO

Sabino dos Santos, assim como seu Zé do Guaiamum, traz vastas reflexões sobre cuidado e a parceria com seu ambiente de afazeres. Ele é um pescador e mariscador artesanal que mantém a encruzilhada entre os dois quilombos – nasceu e se criou no Monte Recôncavo e mora em Dom João. No seu ofício, pesca camarão, robalo, arraia e

⁶Os guaiamuns são crustáceos que vivem em transição da lama do manguezal para a terra. Eles possuem um tempo de vida entre 20 e 30 anos.

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

outro peixes. Para ele, “pescaria é território”. Essa reflexão extrapola qualquer lógica do significado territorialidade, correspondendo “às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território” (SAQUET, 2009, p.6), sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. Ou seja, como uma

encruzilhada, símbolo pluriversal, atravessa todo e qualquer conhecimento que se reivindica como único. Os saberes, nas mais diferentes formas, ao se cruzarem, ressaltam as zonas fronteiriças, tempos/espacos de encontros e atravessamentos interculturais que destacam saberes múltiplos e tão vastos e inacabados quanto as experiências humanas (RUFINO, 2019, p.86).

As encruzilhadas são campos de possibilidades. A diáspora africana, por exemplo, se codifica como uma encruzilhada transatlântica, um assentamento negro-africano no “novo mundo” (RUFINO, 2019). O conceito de diáspora africana, bem como diáspora interna, é uma chave para pensar os deslocamentos, expropriações, encruzilhadas e travessias do povo negro, assim como seu Sabino e os demais quilombolas de Dom João, que perpassaram e perpassam por expropriações em seu território. Assim sendo, as encruzilhadas e os deslocamentos que permeiam o mestre Sabino potencializam seu entendimento sobre os territórios pesqueiros, trânsitos e fluxos provocados pela diáspora africana e afro-brasileira.

Deste modo, amplia-se a relação de companheirismo/parceria e de cuidados com a vida e manguezal, o homem e a natureza se configuram como uma oportunidade para imaginar outros mundos. Infelizmente, assistimos ao descaso e ao racismo ambiental em nossas comunidades tradicionais.

Diante dessas encruzilhadas e conexões, trago a seguir a relação de cuidado e companheirismo através de outro mestre, o Sr. Messias.

MESTRE MESSIAS – SUA RELAÇÃO COM O QUILOMBO E O MANQUINTAL

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

O senhor Manuel Messias é um pescador artesanal, marisqueiro e artesão do quilombo Dom João, foi vice-presidente da associação quilombola e mora próximo ao rio Cação. Para ele, “a raiz do quilombola está no mar, no mato e na terra”. A natureza deve estar aliada ao homem e a pescaria de tapagem de riacho utilizada no quilombo tem sido organizada junto à associação em busca de melhorias para a comunidade, tais como: roçagem e paliativos na estrada, dentre outras. “O quilombo é uma família” e as ações precisam ser desenvolvidas no local, como mutirões de cuidado na beira do manguezal e manquintais, coleta de lixo, combate ao desmatamento etc., para o bem viver de seus componentes.

O Mestre Messias também demonstra uma relação de reciprocidade muito forte com o manguezal e o mar, para ele locais não só de extração, mas ecossistemas sustentáveis de vida que, com trocas conscientes, permitem regenerar a relação homem-natureza.

A ANCESTRALIDADE ENQUANTO ALIADA -RELAÇÃO DE AFETIVIDADE, LUTA E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE

Dona Anna Christina é a yalorixá “Mãe Anna Sindoyá” do terreiro Ilê Axé Oyá Wango Lovango, localizado no Porto do quilombo Dom João. De acordo com ela, seus ancestrais trabalhavam em harmonia com a natureza no plantio e corte de cana. Ela e toda a minha família fazem parte do primeiro processo de expropriação de quilombolas de Dom João, que ocorreu em 1982. Segundo “Mãe Anna Sindoyá”:

Antes, isso aqui era tudo mato e eu disse que não era cobra pra viver no mato, mas hoje eu tenho paz, sou feliz e tenho gratidão à minha mãe Yansã por ter escolhido que eu voltasse pra Dom João e construiu aqui o terreiro (MÃE ANNA SINDOYÁ, 2022).

Grata à ancestralidade, por ter voltado a morar no quilombo Dom João, ela conta que nossos ancestrais moravam na parte de dentro da fazenda e que nossos avôs trabalhavam na usina.

Aqui eu me sinto bem. Sou rica de espírito, sou feliz! Só tenho a agradecer à Yansã por tudo. Infelizmente, o primeiro terreiro, vieram e derrubaram tudo, veio esse povo aí da fazenda, da prefeitura com a polícia, na época, eu não estava aqui, estava terminando de construir para trazer meus orixás, os ibás (assentamento dos orixás), só estava esperando minha irmã de santo, tia Ana, terminar a obrigação dela, para trazer tudo. E foi justamente na segunda-feira que aconteceu isso. Dona Joca ligou para meu marido e avisou que tinham derrubado tudo, eu estava em Saubara. Eles destruíram tudo e a prova do crime ainda está ali, a antiga alvenaria do terreiro, meteram a máquina e derrubaram tudo(MÃE ANNA SINDOYÁ, 2022).

O episódio violento, narrado por mãe Anna, ocorreu em 2013, quando fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com o apoio da polícia militar, demoliram o terreiro de mãe Anna e casas dos quilombolas do Porto Dom João. Nessa época, aconteceu o segundo processo de expropriação, onde havia alguns quilombolas que ainda moravam na parte de dentro da fazenda e foram obrigados a mudar para o conjunto João Falcão (Cascavel) no bairro da Baixa Fria.

Esse processo de agressão, racismo ambiental atrelado ao racismo religioso, causa danos e prejuízos muitas vezes irreversíveis. Ao demolir um terreiro de candomblé, um espaço sagrado e, conseqüentemente, seus objetos – assentamentos dos orixás etc., o que se está fazendo é um crime, racismo religioso, pois fere e desrespeita a ancestralidade cultuada ali. A prefeitura, quando autorizou a demolição deste espaço sagrado, além da prática do racismo ambiental, pratica também arbitrariedades, desrespeito aos rituais e fundamentos sagrados.

A luta dos povos e comunidades tradicionais é atravessada por uma série de violências que precisam ser combatidas todos os dias, para tal, continuamos lutando, pedimos forças às matas, aos ventos, às águas doces e salgadas, aos manguezais, para que possam nos dar sabedoria para viver e permanecer no território, defender o modo de vida ancestral e tradicional que é um legado deixado pelos nossos antepassados. Mãe Anna demonstra sua indignação dizendo:

Se a usina e a Petrobrás podem se instalar aqui, então nós também podemos. Nossos avós, pais e irmãos trabalhavam e cresceram aqui. E por que nós não podemos? Temos que dar continuidade ao nosso povo, ao legado dos nossos e depois passarmos para nossos filhos, nossos netos e aí vai seguindo (MÃE ANNA-SINDOYÁ, 2022).

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

O racismo ambiental tem essa vertente de priorizar grupos e criminalizar outros, nesse caso, as comunidades quilombolas.

QUILOMBO MONTE RECÔNCAVO

O Quilombo Monte Recôncavo, conhecido como Monte Tamararí, possui aproximadamente 320 anos de história e já foi considerado distrito de São Francisco do Conde. A origem do distrito de Monte Recôncavo remonta à antiga freguesia de Nossa Senhora do Monte. Esta foi formada a partir da Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, em 1698. A iniciativa de estabelecer novos povoados pelo governo português não se fazia à revelia do poder eclesiástico nos primeiros tempos da conquista (DIAS, 2015).

A constituição do povoamento deu-se baseada no processo de colonização que pretendia, *a priori*, a ocupação e, sobretudo, domínio da terra, e a instalação, como forma de expansão de uma sociedade. Assim sendo, de acordo com Costa (2007), foi estabelecido no ponto mais alto da região, o Monte Recôncavo, situado 180 metros acima do nível do mar. Sendo aí erigida a primeira Igreja de Nossa Senhora do Monte, no século XVI. A localização privilegiada deste edifício no núcleo destacado também funcionava como ponto de atração do crescimento urbano (DIAS, 2015).

A encruzilhada de Monte Recôncavo com Dom João vem desde longas datas. Os caminhos trilhados para esta pesquisa me fizeram buscar ainda mais sobre a história de São Francisco do Conde para compreender se havia de fato uma encruzilhada com ambas as comunidades. Nestas trilhas fui tecendo caminhos sobre a ocupação territorial de Dom João que se inicia em paralelo à igreja Nossa Senhora do Monte, que possui aproximadamente 400 anos de existência, tendo sido construída lá pelos anos de 1618. Diga-se de passagem, essa construção se deu por meio de trabalhadores escravizados, que moravam no entorno das fazendas Engenho D'água, Marapé, Engenho Monte e Engenho Dom João (GEOGRAFAR, 2015).

A comunidade de Monte Recôncavo possui aproximadamente 700 famílias. Segundo a Unidade de Saúde da Família(USF) da comunidade, esta é constituída por uma

população negra que mantém práticas tradicionais no que se refere à pesca artesanal e da mariscagem e foi certificada em 2007 pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

O CULTO À ANCESTRALIDADE – AO CABLOCO TUMBA JUNSARA E A LUTA QUILOMBOLA DO MONTE RECÔNCAVO

De acordo com o professor e Babalorixá Rubens Celestino, em 1995 iniciou-se por ele, o culto ao caboclo Tumba Junsara embaixo do pé da gameleira branca, lá nas matas da Caieira. E as pessoas que participavam do culto começaram a estranhar e se incomodar com as cercas e o passadiço que dificultava o acesso delas ao espaço sagrado. Com o passar dos anos, um grupo de jovens da companhia teatral Mont'Arte, começou a se mobilizar e buscar formas de mudar esta situação.

Iniciamos a mobilização em defesa do ecossistema manguezal. Criamos a Agenda 21 com jovens da Cia Mont'Arte e com outros jovens da comunidade. Começamos a construir relatos orais com os mais velhos da comunidade e fomos em busca da certificação quilombola, através da Fundação Palmares. Em 2007 a associação quilombola surgiu através de uma orientação jurídica, pois para os trâmites da certificação, a comunidade precisava ter uma associação. Essa foi uma oportunidade de manter e salvaguardar o território (RUBENS CELESTINO, 2022).

Um longo caminho veio sendo traçado para que a comunidade Monte Recôncavo conseguisse a certificação quilombola e todo ele foi construído através da ancestralidade. Segundo Celestino, nesse processo houve uma ampliação e ocupação dos quilombolas para o Monte de Baixo, local onde ele reside e onde está situada a associação quilombola, bem como o Centro do Caboclo “Tumba Junsara”. Houve intenção do prefeito da época, Antônio Pascoal Batista, em construir um conjunto habitacional, porém, não se concretizou, assim os próprios moradores foram ocupando o território e edificando suas casas.

Celestino conta que a continuidade do processo para delimitação e titulação do território quilombola de Monte Recôncavo foi definida por uma ordem judicial, mas ainda assim ela não foi efetivada. Enquanto aguardam os procedimentos de regularização fundiária, a comunidade vem perdendo espaços sagrados, como as fontes e roças, pois os

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

fazendeiros delimitam com cercas, impossibilitando que eles acessem e circulem por esses locais. Essas são práticas violentas que vêm se perpetuando desde a colonização, onde as pessoas ficavam refém de fazendeiros e impedidas de pescar, mariscar, plantar, ter acesso a fontes de água. De acordo com ele:

A relação do Centro do Caboclo do meu pai, “Tumba Junsara”, está na preservação e relação com os recursos naturais, digo Centro, o espaço físico, onde acontece a festa, pois o culto inicia lá na mata. Onde começamos a observar o desmatamento, as cercas no manguezal, na Fazenda Engenho D’água próxima à Caieira (RUBENS CELESTINO, 2022).

As redes e encruzilhadas são diversas. O culto ao Caboclo “Tumba Junsara” é quem traz a chave para o início do engajamento da luta da comunidade em busca da certificação quilombola. A festa acontece no Centro, espaço físico, no dia 2 de julho, que é celebrada a independência da Bahia, e no estado são celebrados os Caboclos como símbolo de luta e resistência.

Anterior à festa no espaço físico, há o culto nas matas, como já foi dito; é inegável a circularidade em ambos os espaços, tanto na mata da Maraíba, quanto no Centro. Assim como os Manquintais em Dom João, este território se configura como espaço de socialização e memória. A Caieira é um desses locais no quilombo Monte Recôncavo. Os jovens muito usam enquanto espaço de sociabilidade e preservam a relação de pertencimento com o lugar, lá também onde o povo de terreiro cultua sua ancestralidade. Observa-se, durante o trajeto à Caieira, que cada elemento da natureza que compõe o caminho simboliza um orixá: nkisi é a própria ancestralidade, a lama e manguezal de vó Nanã, as matas que são guiadas pelos próprios caboclos e por pai Oxóssi, as folhas sagradas/ensabas que são de meu pai Ossain, a maré, as águas salgadas que são regidas por Yemanjá. A energia gerada durante todo o processo é contagiante e carregada de axé.

Quando relato no início do texto sobre minha ida ao Centro do Caboclo do pai Tumba Junsara, não tinha noção de como essas redes de bem viver ancestrais seriam tecidas.

HISTÓRIAS DO MONTE RECÔNCAVO – A GENTE JÁ NASCEU QUILOMBOLA E NÃO SABIA

A professora Marcélia dos Santos é quilombola da comunidade Monte Recôncavo, faz parte da companhia teatral Mont'Arte e do Centro do Caboclo Tumba Junsara, grupos que se uniram na luta para certificação da comunidade. Atualmente, ela é discente do curso de literatura na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (Unilab). Assim como os demais jovens, a professora Maricélia cresceu ouvindo falar sobre as histórias do Monte Recôncavo e escutava sempre os anciões e anciãs da comunidade contarem histórias e partilhar vivências. Impulsionada pelo desejo que tinha desde criança, de registrar essas histórias e memórias, tornou-se professora. Ao chegar na Unilab ela viu a possibilidade de registrar a narrativa oral dos mestres e mestras de saberes no livro *Histórias do Monte Recôncavo: “A gente já nasceu quilombola e não sabia”*.

A nossa chegada foi a partir do edital, voltando para comunidade quilombola, e aí dentro dessa oportunidade adentrei a essa universidade pelo edital, enquanto estudante de Letras, e assim no decorrer do estudo, do semestre, que foram passando, a gente começa a ver na verdade, começa a entender mais o universo da questão de lutas negras através de autores negros. Então, a partir da luta de alguns colegas das comunidades quilombolas, dessa troca de conhecimento, surgiu em mim a vontade de registrar algumas coisas que havia na comunidade, pela questão de histórias ancestrais, que no continente africano se chama de história griot, e aqui chamamos de história de geração para geração. Esse anseio de querer falar sobre essas histórias das pessoas que viveram, me dava angústia ouvir só por ouvir, eu queria poder registrar em algum lugar (ENTREVISTA MARICÉLIA DOS SANTOS, 2022).

Sua escrita é viva, latente e real. As histórias estão na íntegra, do jeito que cada anciã e ancião contou no momento das visitas e construção de relatos. Segundo Maricélia (2022),

a Unilab foi um viés⁷, uma porta que se abriu para dar oportunidade para que eu pudesse fazer isso. Eu não sei se existiria a ideia, uma

⁷Com a sua chegada à Unilab, ela foi incentivada pelo professor Carlos Guerola à submissão de um projeto de pesquisa para registrar essas histórias e causos. A partir de então iniciaram a preparação, desenvolvimento e publicação da pesquisa, através do livro.

possibilidade de pesquisa como essa em outras universidades, porque não é a minha primeira graduação e até a segunda graduação, eu não tinha ouvido falar de políticas para comunidades. Eu não tinha debates profundos sobre a questão ou racismo estrutural, sobre esses vários tipos de racismo que a gente conhece agora na faculdade. Na faculdade anterior eu não conheci muitos autores negros, assim não tinha essa consciência voltada para a política de educação escolar quilombola (ENTREVISTA MARICÉLIA DOS SANTOS, 2022).

Segundo a professora, no quilombo Monte Recôncavo a oralidade entre os mais velhos é muito frequente, tem muitos lugares de memórias e ela teve a oportunidade de conhecer muitas delas através deste livro. A Unilab tem realizado tanto em Monte Recôncavo, quanto em Dom João, diversas atividades de extensão e pesquisa de cunho pedagógico que têm surtido bons resultados e parcerias. As comunidades de Acupe, São Braz, Santiago do Iguape e agora a Ilha do Paty também estão sendo integradas no roteiro para o desenvolvimento de atividades epistêmicas e parcerias junto à universidade.

MESTRE REGIS- VITALIDADE E RESISTÊNCIA

O Sr. Reginaldo Ferreira é popularmente conhecido como seu Regis. É quilombola de Monte Recôncavo, pescador e mariscador artesanal, atividades que ele aprendeu entre 8 e 9 anos com os mais velhos da comunidade. O Sr. Regis pesca camarão, peixe e siri e marisca diversas espécies como a ostra e o sururu: “eu pesco para distrair as ideias, saio daqui e vou pescar lá em Dom João, pesco siri, camarão, sururu, o que tiver eu pesco e marisco” (SR. REGIS, 2022).

Ele tem observado redução na quantidade de pescado e marisco, a modificação do meio ambiente, transformação no caminho para Caieira desde quando ele começou a pescar e a mariscar até hoje: “no 31, mesmo, nós não podemos mais passar para pescar e mariscar, proibiram” (SR. REGIS, 2022). De acordo com ele, o 31 é um território de pesca que fica na Fazenda Engenho D’água, foi uma área outrora usada pela Petrobrás.

Numa conversa dentro da comunidade, identificamos o racismo ambiental e suas operacionalidades, com uma série de práticas violentas, o cercamento das águas e do manguezal; a diminuição dos territórios tradicionalmente ocupados para dar espaço à

pastagem de gado, degradação no manguezal causada pela urina do gado e pelos pesticidas utilizados para combater bicheiras e carrapatos dos animais.

MESTRE VAL- ORALIDADE DE PESCADOR

Valdomiro Nascimento, mais conhecido por Val de Antônio, quilombola de Monte Recôncavo, é pescador e mariscador desde os 11 anos. Ele aprendeu com os amigos e o pai dele, Sr. Antônio Caranguejeiro. Val e seu pai já trabalharam na Fazenda Monte, atualmente chamada de Piatã, que não cultiva mais cacau, só cria gado.

Seu depoimento também demonstra a degradação do ambiente e da vida na comunidade. Conforme assinala Carvalho (2019), uma vasta parte da vegetação nativa, característica de Mata Atlântica, foi desmatada para dar lugar às plantações de cana, mandioca e, a partir do início do século XIX, do fumo. Contudo, as fazendas e engenhos do entorno preservaram porções de mangue, onde agricultores livres, mas, principalmente, escravos, pescavam e mariscavam. Com o declínio das produções açucareira e fumageira, algumas dessas propriedades foram abandonadas e o comércio portuário diminuiu. Às margens dos mangues, em terras antes pertencentes aos engenhos, formaram-se comunidades negras que viviam da pesca artesanal. Quando declarado o final da escravidão, muitas delas continuaram ligadas a essa atividade, como alternativa ao trabalho nos canaviais (FILHO, 2006; ZAGATTO, 2013).

Sobre as transformações no território de pesca e nas matas, o Sr. Val salienta:

O quilombo é pesca, caça e mata. A mata era fechada, tinha frutas e hoje não tem mais. Hoje, vemos várias cercas no mangue, eu sempre corto e passo. A Marinha diz que temos até 50 metros de distância do mangue, então nós podemos passar (VALDOMIRO, 2022).

A área em que os quilombolas moram não é próxima da Caieira, precisam andar muito por dentro da mata e passando por várias cercas até chegar ao território pesqueiro. Mestre Val salienta que os pescadores mais velhos, assim como o Sr. Régis, têm dificuldade de acessar a Caieira pois é muito longe e de difícil acesso. Mestre Val conta que nas casas de pesca em Dom João têm aproximadamente de 15 a 20 pescadores, e entre eles está o seu irmão, cujo apelido é Furadeira.

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

MESTRE FURADEIRA – E SUAS CIRCULARIDADES

Josenilton Nascimento, popularmente conhecido como Furadeira, é quilombola de Monte Recôncavo, pescador artesanal e marisqueiro, faz parte do grupo que compartilha as casinhas dos pescadores em Dom João. Ele também é filho de Sr. Antônio do Caranguejo, ou Antônio do Monte, como era conhecido na comunidade.

De acordo com o mestre, ele pesca desde criança, quando acompanhava o pai e a mãe lá na Maraíba, na caieira do quilombo Monte Recôncavo. Pesca para comercializar e para alimentação familiar.

Esse processo de movimento, encruzilhadas, corpo-território (HAESBAERT, 2020), coloca os pescadores quilombolas de Monte Recôncavo que pescam em Dom João em circularidade. Nosso corpo-território se reconhece e se acolhe, pois além de ter o vínculo biológico, temos um vínculo afetivo ancestral.

EU QUILOMBOLA

Sendo uma quilombola, a luta para manutenção dos modos de vida tradicional e ancestral bem como a permanência no território, é a mesma de tantos outros pelo respeito ao manguezal. Está imerso nessa relação e desempenha um mandato social muito especial [...] (BAITZ, 2006, p.32).

Conforme já citado, o presente artigo é recorte de minha pesquisa de mestrado pela UFRB e, como uma quilombola atuante no Movimento Social Quilombola da região do Recôncavo, entendo que a luta coletiva, além de significar resistência, demonstrando a força do quilombo, é também um processo educativo, no qual “se aprende com as repolitizações dos princípios – em dimensões ontológicas, éticas, políticas e estéticas, das populações quilombolas que se fundamentam no Bem Viver, pois em militância diante dos enfrentamentos pertinentes se afirmam sujeitos políticos e históricos” (ARROYO, 2014, p. 25). Desse modo, percebemos que os princípios de coletividade, solidariedade ativa, respeito e perseverança praticados dentro das comunidades de Dom João e Monte Recôncavo, em São Francisco do Conde na Bahia, utilizam conhecimentos ancestrais e

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

as sabedorias do Bem Viver quilombola em diálogo com a natureza na qual se encontram inseridas há séculos e que se importam com a saúde de todos nas comunidades.

Trago aqui neste texto, o corpo-território no sentido de acolhimento em defesa dos nossos territórios como espaço de vida, da existência, experiência e resistência, território como espaço vital de manutenção da vida onde habitam seres materiais e espirituais (HAESBAERT, 2020).

A construção das casinhas de pesca dos pescadores de Monte Recôncavo no Porto do quilombo Dom João faz parte das estratégias de re(existência). São formas de continuar a prática da pesca artesanal ancestral, violada por um incêndio criminoso. Há também muita especulação imobiliária: em 2009, na época de uma novela da Rede Globo, houve uma proposta para construção de um ecoresort em Cajaíba, pelo grupo Property Logyc. E os pescadores de São Francisco do Conde, de São Braz e Acupe ficaram impedidos de mariscar, pescar, coletar frutos e folhas sagradas.

No livro “Territorialidades Negras em questão”, as antropólogas Ana Paula Carvalho e Mariana Fernandes (2016) falam sobre os conflitos territoriais e racismo ambiental que envolve a comunidade de São Braz, a luta e as articulações identitárias da comunidade para detê-los.

Ao contextualizar os conflitos ocorridos em ambas as comunidades aqui apresentadas, apresentamos a dimensão da violência econômica na disputa pelo território dessas comunidades que vem tomando a relação homem-natureza. A terra e o manguezal possuem valores simbólicos para estas comunidades e o racismo ambiental tem dilacerado o modo de vida das comunidades e povos tradicionais.

Ainda que os fazendeiros saibam que não se deve colocar cercas no manguezal a fim de impedir a circulação das pessoas, essa prática é recorrente. A pesca e mariscagem requerem espaço para movimentar-se livremente, ter liberdade para circular nas marés e nos manguezais.

SR. DOMINGOS -BIBLIOTECA VIVA!

O Sr. Domingos dos Santos, popularmente conhecido como Domingos do Monte, é aposentado, trabalhava na prefeitura. Não é pescador, porém sempre acompanhava sua

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

mãe, a senhora Mariana Cipriana (Im Memoriam), quando ela ia pescar e mariscar lá na Caeira:

Gostava de acompanhar minha mãe, a gente pescava ostra, siri, sururu, aratu. Pra pescar o siri, utilizava gereré⁸, minha mãe gostava de ir com as amigas dela, quando eu estava de folga do trabalho eu ia com ela. Eu trabalhava e militava na área industrial, mas já observava na época que o fazendeiro Mário, da fazenda Engenho D'água, havia entrado na área de manguezal com as cercas, dialogamos quando eu estava na vereança, fomos, eu e o secretário de Meio Ambiente na época, Sr. Bené, até a fazenda dele conversar sobre essa cerca que entrou na área de manguezal, mas ele disse que tinha documento e que pagava. Eu e o secretário, enquanto legisladores na época, não tínhamos muito o que fazer, por ele ter apresentado documentos e dizendo que pagava a Marinha e tinha autorização (ENTREVISTA SR. DOMINGOS, 2022).

São múltiplas as violências sofridas pela comunidade – o racismo ambiental e estrutural, associados, privilegiam grupos dominantes: fazendeiros, empresas, poderes públicos, desfavorecendo grupos minoritários que, por sua vez, não têm acesso ou participam das esferas decisórias sobre os processos que lhes afetam diretamente. Uma herança colonial do sistema escravocrata, conforme salientam Pacheco e Faustino (2013, p. 92):

uma “herança atualizada” do colonialismo que marca a realidade brasileira, negros, índios e “não brancos” de um modo geral não estão equitativamente representados nos processos decisórios; não participam do sistema jurídico; estão sub-representados no poder legislativo; seus modos próprios de fazer política e economia, assim como seus conhecimentos, saberes (explorados e expropriados) e necessidades têm status inferiorizado, exotizado e estigmatizado, incompatível com o “progresso”. Nesse caso, progresso e desenvolvimento significam, sobretudo, o agravamento da subordinação desses grupos aos modelos sociais, políticos e econômicos que marcam tradicionalmente o ideário colonizador branco, burguês e ocidental, no qual o racismo é, ao mesmo tempo, parte histórica da ideologia e instrumento de dominação dos povos.

No tocante a essa herança atualizada, presenciemos essas marcas durante a fala de diversos interlocutores já citados. Os fazendeiros apresentam documentos, muitas vezes falsos, para legitimar o racismo ambiental, mas a comunidade é que paga a conta por não

⁸ Artefato de pesca muito utilizado na captura de siri.

poder acessar as esferas jurídicas. Sobre esse não acesso e a violação das esferas jurídicas, Elionice Sacramento, da comunidade Conceição de Salinas, reforça:

O Estado está a serviço do capital e dos seus interesses, e neste sentido, é eficiente para punir e reprimir as comunidades e ineficiente para cumprir seu papel de fiscalizar as empresas que expropriam o território. Se antes existiam divergências ou dúvidas em função do grupo que estava no poder, hoje os movimentos populares não têm qualquer dúvida de que o Estado, que se investe do poder institucional para matar, é inimigo declarado dos Povos e Comunidades Tradicionais. Está a serviço do capital, atua com o objetivo de privatizar e destruir todas as nossas riquezas. Autoriza a sociedade brasileira a cometer crimes contra mulheres, jovens, negros e indígenas, potencializando as opressões e as violências. Por essas e outras razões, as marés de luta são mais que necessárias (SACRAMENTO, 2019, p.158).

Elionice é assertiva em demonstrar na sua narrativa que o Estado está a serviço do capital e dos seus interesses, ao contextualizar o processo de luta, os caminhos trilhados e estratégias adotadas para defender o território da comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas. A quilombola demarca que a luta que se faz na sua comunidade é pelo direito de viver com dignidade no território ancestral onde nasceram seus antepassados e seus pais. Os opressores, tanto da comunidade de Conceição de Salinas, quanto de São Braz, Acupe, Dom João e Monte Recôncavo, dentre diversas outras, tentam invisibilizar e deslegitimar a história ancestral e desarticular a luta destas comunidades.

Conforme relata o Sr. Domingos, foi após a chegada da Agenda 21 na comunidade que ela veio ter uma maior noção da área que havia sido invadida pelo fazendeiro.

Quando chegou aqui um grupo da Agenda 21⁹, que nos ajudou a ter uma visão sobre a área que havia sido invadida, retomamos essa briga, lutamos pelo que realmente é de interesse da comunidade, onde a comunidade desfrutava da área de manguezal, para pesca, para tirar caranguejo, guaiamum, o guaiamum fica mais no costeiro, e essa cerca

⁹A Agenda 21 consiste em um documento pelo qual cada país deve ter o compromisso acerca dos problemas socioambientais existentes no mundo; partindo das problemáticas particulares ou regionais até as gerais ou globais. O objetivo é elucidar acerca de uma nova perspectiva de desenvolvimento, disponibilizando uma inédita concepção para a sociedade industrial; além de estabelecer um conceito inovador em relação ao modelo de desenvolvimento instaurado atualmente. O documento prevê também que o desenvolvimento socioeconômico dos países deve estar firmado na qualidade, e não somente na quantidade, ou seja, considerando a preservação humana e da natureza. Veja mais sobre “Agenda 21” em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/agenda-21.htm>.

de fato nos trouxe muito prejuízo, ficamos impossibilitados de transitar (ENTREVISTA SR. DOMINGOS, 2022).

Conforme o relato dele, é possível compreender que a partir de um grupo de jovens que compunha a Agenda 21 local, houve um impulsionamento para continuar lutando para ter acesso à área da Caieira e manter a pesca artesanal, mariscagem e também o lazer naquele local.

O racismo ambiental causa esses crimes ambientais e gera dor, sofrimento, sentimento de impotência, não temos para quem apelar para as coisas da comunidade. Quando eu era garoto, minha mãe ia lavar roupa e eu ia com ela na fonte do espinheiro, e ali a gente, eu e meus irmãos, ali lavava, quarava e depois íamos enxaguar tudo lá no Monte de Baixo, pois aqui não tinha água encanada, todo mundo usava as fontes e o Tororó. O Tororó é uma espécie de bica, que cai água. Aí veio essas cercas para impedir nossa circulação, só passa os carros dele (SR. DOMINGOS, 2022).

Os relatos construídos pelo Sr. Domingos são fortes e remetem a lugares de memórias no quilombo Monte Recôncavo, as idas ao manguezal com a sua mãe, as fontes para lavar roupas e, no meio dessas lembranças, aparece essa herança atualizada do colonialismo, como frisam Pacheco e Faustino (2013).

LUGARES DE MEMÓRIAS, TRADIÇÕES E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS – LUGARES DE (RE)SISTÊNCIA NO QUILOMBO MONTE RECÔNCAVO

Roseane Medeiros da Silva é professora de Língua Portuguesa e participou da implementação da Agenda 21 local, junto à ONG Jogue limpo, citada por Sr. Domingos. Nascida na fazenda Monte, ela também faz parte da Companhia Teatral Mont'Arte. De acordo com ela, seu umbigo foi enterrado no curral da fazenda. Esse ritual fazia parte da tradição da comunidade quilombola. O pai dela era tratorista do Engenho do Monte e trabalhava fazendo o transporte do cacau na fazenda.

A minha vivência na comunidade me proporcionou ler o mundo, como diz o próprio Paulo Freire, que a leitura do mundo antecede a leitura da palavra. Então o meu convívio com os mais velhos, brincando nos terreiros e esse convívio constante de ir para maré, de ir buscar lenha, não só com esse contato assim direto com as crianças de outras famílias,

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

mas de ter mesmo, eu diria, até esse cuidado dos mais velhos, e esse constante convívio, porque era nos terreiros junto com os mais velhos que ali a gente brincando ouvia os casos, ouvia as histórias, ouvia os conselhos, então a minha educação quilombola já havia acontecido e ainda acontece, então eu convivi... A minha infância toda foi um processo mesmo de aprendizagem nesse território junto aos mais velhos (ENTREVISTA ROSEANE, 2022, grifo nosso).

Ela recorda-se da sua infância e que, na década de 80, não havia negação de acesso às fazendas, fontes e o caminho do Tororó no quilombo Monte Recôncavo, local onde havia um fluxo muito grande de lavadeiras. Roseane e a família mudaram-se da fazenda Monte, pois seu pai foi trabalhar em outra fazenda, mas o trânsito na comunidade continuou. De acordo com Roseane, quando mudou o dono da fazenda Monte foi que começou a negação de acesso e o aterro das fontes, pelo fazendeiro Jorge. O aterro das fontes aparece também nos relatos de Sr. Domingos e de Roseane.

Nós estamos diante de testemunhos fortes que marcam a memória dos quilombolas, os crimes para impedir a permanência e o bem viver de quilombolas no seu território. Eles fazem parte de um conjunto de estratégias praticadas por fazendeiros e de conflitos ambientais decorrentes das disputas para expulsão.

Houve um acordo entre a prefeitura e o fazendeiro da fazenda Monte para que a tubulação da água que vinha do Tororó pudesse ser encanada a um tanque que abasteceria a comunidade, foi construído um mini chafariz. Pois o fazendeiro colocava cachorro para impedir o trânsito dos quilombolas no entorno da fazenda (ENTREVISTA ROSEANE, 2022).

Ao ouvir o relato de Roseane pensei no processo de expropriação da minha família e vizinhos, bem como de quilombolas que ainda continuam no quilombo Dom João. Seu relato é muito significativo porque mostra como os fazendeiros agem colocando seus cachorros para impossibilitar que quilombolas possam circular no território e com o passar do tempo as violências vão se perpetuando.

O quilombo Monte Recôncavo é cercado por fazendas e a comunidade fica temerosa ao processo de titulação junto ao Incra, justamente por conta da dimensão do território que outrora foi ocupado por nossos ancestrais, que engloba a Maraíba, Caeira, Tororó, Pé do Louco, casa

de farinha, as fontes, as roças, antigo chafariz, dentre outros lugares (ENTREVISTA ROSEANE, 2022).

De acordo com Roseane, além da destruição dos pés de mangue, há também extinção de crustáceos e mariscos, por conta do desmatamento na Caeira e dos donos da fazenda Engenho D'água. É um crime ambiental que atinge a comunidade. Outra questão é uma importante conexão do racismo ambiental atrelado ao racismo religioso, quando um fazendeiro derrubou dois pés de tamarindo – lugar sagrado, onde os povos de terreiro da comunidade cultuavam seus ancestrais. Ela tem buscado formas de resgatar a cultura do Bumba Boi, por entender que o processo de luta e (re)existências é ligado também à cultura e tradição da comunidade.

Ao assumir a gestão da Escola Duque de Caxias de 2017 a 2021, eu fui já entendendo e me apropriando da identidade quilombola, porque assim, pensando na riqueza da comunidade, da riqueza cultural, já entendia esse processo, essa dinamização social, histórico-social da comunidade e eu vi que eu tinha até necessidade, né!? e a obrigação de buscar os passos no que se refere à implementação da Educação Escolar Quilombola, de efetivar as diretrizes curriculares, para Educação Escolar Quilombola assim como também a efetivação da Lei 10.639 (ENTREVISTA ROSEANE, 2022).

Na sua atuação, Roseane vai trazer justamente seu anseio em dar passos para a efetivação da Lei 10.639/03, sugerida na Resolução n.º 68/2013, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e da Cultura Afro Brasileira e Africana nos currículos nacionais; bem como da necessidade da implantação da Educação Escolar Quilombola na Escola Duque de Caxias, na qual ela foi gestora. Sua fala sinaliza os desafios que encontrou ao assumir a gestão da escola para trabalhar com professores que não são quilombolas e nem de São Francisco do Conde que desconheciam a realidade local, e não estavam familiarizados com as especificidades da comunidade.

É gratificante ver o empenho de Roseane em manter viva a tradição na comunidade diante da tentativa de apagamento, silenciamento e violação da identidade quilombola. Assim como os professores Maricélia e Rubens, ela vem buscando estratégias de re(existências) através do resgate dos lugares, memórias e manifestações culturais para manter vivo o modo de existir da comunidade. É extremamente importante

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

a manutenção destas tradições pois, vinculado ao racismo, há a tentativa de apagamento da cultura negra nas comunidades tradicionais, conforme Pacheco e Faustino (2013, p. 77-78):

O caráter etnocentrista da formação da nação brasileira também ajuda a entender por que, nos dias atuais, os povos indígenas e as comunidades tradicionais são considerados e tratados como atrasados e estão fadados à transição para a cultura e os modelos desenvolvimentistas que marcam o capitalismo no seu estágio atual. A invisibilização, desvalorização, exotização ou folclorização das diversidades culturais presentes nos diferentes territórios têm sido práticas recorrentes na implementação de políticas públicas e atividades econômicas de altos impactos sociais e ambientais. A negação das identidades étnicas ou da capacidade das populações envolvidas nos conflitos de decidirem sobre o destino, gestão e usufruto dos bens ambientais, fortemente atrelados aos seus modos de vida, trabalho, tradições e práticas religiosas ancestrais, verifica-se, por exemplo, no frequente ataque às legislações nacional e internacional que versam ou incidem sobre a autodeterminação dos povos.

Conforme mencionado por Pacheco e Faustino (2013), o caráter etnocentrista à brasileira nos ajuda a compreender o porquê da desvalorização e negação da identidade das comunidades tradicionais, que são tratadas com subalternidade e inferioridade como estratégia para deslegitimar e negar seus processos de autoafirmação. Desta forma, potencializa o discurso da incapacidade decisória sobre a gestão dos conflitos territoriais, bem como o racismo ambiental. Em linhas gerais, a prática e manutenção das tradições, modos de vida e práticas religiosas fortalecem o processo de luta e (re)existência das comunidades tradicionais, buscam o diálogo entre os processos sociais e culturais relacionados à identificação das comunidades quilombolas e bem viver das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo semântico do tema do “Bem Viver” expõe críticas à teoria clássica do modelo de desenvolvimento ocidental e apresenta alternativas embasadas nas tradições indígenas e quilombolas, repousando seu pensamento na lógica de (con)vivência dos grupos sociais, ao mesmo tempo que remete à noção de convivência humana, à proposição de bem-estar da saúde e às propostas de descolonização do saber.

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

Há uma tentativa de negação da identidade quilombola por parte da prefeitura, são estratégias para o apagamento e silenciamento da história das comunidades. Os conflitos territoriais com fazendeiros, poder público municipal, empresários e Petrobrás são mecanismos utilizados para expulsão dos sujeitos de direitos dos seus territórios para construção de eco resort, autódromo e uso para pastagem de gado.

Ao refletir sobre o manguezal enquanto um ecossistema companheiro, a relação de afeto em ambos os Portos, tanto Dom João quanto Monte Recôncavo, é notável o quão importante do ponto de vista econômico e afetivo eles foram e continuam sendo para aqueles que de lá tiram seu sustento e/ou complementam a renda familiar e ressignificam as formas de habitar e ocupar lugares.

Ao ocupar por comida e alimentação saudável ao comércio justo, sistemas alimentares alternativos estão florescendo. Sendo assim, continuar a pesca artesanal nos Portos se configura uma ocupação por comida, alimentação saudável e, para que haja tal alimentação, se faz necessário ocupar para além das cercas, e cercar de resistência.

Por fim, refletindo sobre a relação de cuidado e resistência dos(as) pescadores(as) e marisqueiras, é possível dizer que, com este grito que vai ecoando, ambas as comunidades vêm resistindo às várias formas de violência no seu território pesqueiro, tentando romper com as cercas da hegemonia que tentam delimitar qual espaço pode ser ocupado para realização das atividades de pesca artesanal. Os (as) pescadores(as) e marisqueiras seguem ecoando o grito por liberdade, resistência e se articulando enquanto protetores da espécie companheira.

Ambas as comunidades têm buscado formas de articulação para resistir em seus territórios. Diante a uma série de violências, as comunidades têm construído estratégias de re(existência) para permanecer tendo acesso à água, ao manguezal, às matas e roças. Percebe-se que há uma necessidade urgente de busca de estratégias coletivas entre as comunidades de Dom João e Monte Recôncavo para o fortalecimento da luta e manutenção dos modos de vida ancestral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombos, terras indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do povo”, Faxinais e Fundo de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus: Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2006.

AMORIM, Liane Alves de. **Memórias e trajetórias da cana-de-açúcar na Bahia.** (1909 - 1969). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ARROYO, González Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** 2.ed. Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BAITZ, Ricardo. (2006). O urbano entre a direita e a esquerda, o público e o privado: A rua negada como possibilidade à vida. **TRAVESSIA - Revista Do Migrante**, v.54, n. p.21–26, (2006).

CARDOSO, Thiago Mota. **Paisagens em transe: ecologia da vida e cosmopolítica** Pataxó. Brasília: Editora Mil Folhas, 2018.

CARVALHO, Comin de Ana Paula. **Comunidades Remanescentes de quilombo do recôncavo da Bahia: Conflitos territoriais e articulações identitárias.** In: **Territorialidades Negras em Questão.** CARVALHO, A. P. C. (Org.); MULLER, Cíntia. Beatriz. (Org.); OLIVEIRA, Rose. (Org.). Rio de Janeiro/Cachoeira: Editora Fino Traço/NEAB/UFRB, 2016

COSTA, L. **Sobre Arquitetura.** Organizado por Alberto Xavier – 2ed. Porto Alegre: UniRitter, 2007.

DINIZ, Edite Luiz, GERMANI, Guiomar Inez, MACHDO, Silvio Marcio Montenegro, MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos. Comunidade Negra Rural Quilombola Porto Dom João: a Habitação no Contexto do Conflito por Terra. **Paranoá cadernos de arquitetura e Urbanismo.** 2016

DIAS, Maria da Graça Andrade Dias. **Memória e existências: identidade e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia.** 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura) –Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2015.

ESCOBAR, Arturo. **Territórios de Diferencia** - La ontologia política de los derechos del território. Carolina do Norte: SER, 2015.

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GEOGRAFAR. **A geografia dos assentamentos na área rural**. Salvador: Grupo de pesquisa POSGEO/UFBA, 2015. Disponível em: <www.georafarufba.br.> Acesso em: 05 ago. 2010.

GUATTARI, Félix. **As tês ecológicas**. Tradução Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.

HAESBAERT, Rogério. Corpo-território ou “território-corpo (da terra)”: contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v.22, n. 48, jan./jun. 2020.

INGOLD, Tim. O que é um animal? Tradução: Gláucia Silva e Rosane Prado. **Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, EdUFF, n. 22, p. 129-150, 1. sem. 2007

MACHADO, Cauê Fraga. **Ecos de um quilombo: estética da re-existência na Serra do Evaristo**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) -Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,UFRGS, Rio de Janeiro, 2018.

MULLER, Cíntia. Beatriz.; OLIVEIRA, Rose. **Territorialidades Negras em Questão**. Rio de Janeiro: Fino Traço; Cachoeira: NEAB/UFRB, 2016.

PACHECO, T., and FAUSTINO, C. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. *In*: PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, p. 73-114.

PINTO, Naiane Jesus. **Na Encruzilhada do Território Pesqueiro: uma etnografia dos conflitos territoriais, racismo ambiental e re-existência nas comunidades quilombolas de Dom João e Monte Recôncavo em São Francisco do Conde – BA**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Cachoeira, 2023.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, v.69, p.338-360, 2018.

SACRAMENTO, Elionice Conceição, **DA DIÁSPORA NEGRA AO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**, Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

ZAGATTO, Bruna Pasto. Sobreposições Territoriais no Recôncavo Baiano: A Reserva Extrativista Baía do Iguape, Territórios Quilombolas e Pesqueiros e o Polo Industrial Naval. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais**, UNICAMP, v. 7, n. 2, 2013.

Recebido em: 20/09/2023 Aprovado em: 27/10/2023
--

Entrelaçando raízes e afetos: o manguezal como ecossistema companheiro – Naiane Jesus Pinto – p. 49-77